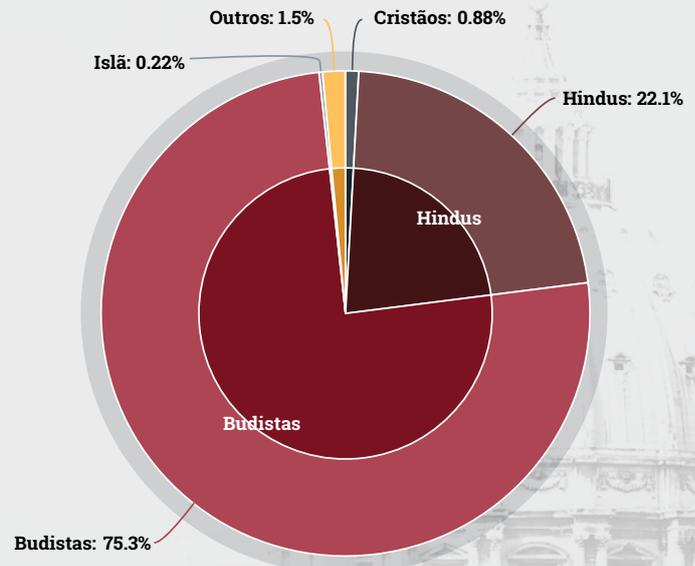


# Butão



Continua percorrendo-se o caminho para a democracia no Butão. Depois de se tornar uma monarquia constitucional em 2008, o reino testemunhou as segundas eleições legislativas da sua história, que decorreram pacificamente. Após duas voltas de votação, em 31 de maio de 2013 e em 13 de julho de 2013, os democratas alcançaram a maioria em relação aos monárquicos. No Parlamento, o Partido Democrático Popular (PDP) ganhou trinta e um lugares e 54,9% dos votos, contra os quinze lugares e 45,1% para o Druk Phuensum Tshogpa (DPT), o partido que até então detinha o poder.<sup>[1]</sup>

Com este desenvolvimento, o “país do Dragão do Trovão” deu um passo decisivo em direção à democracia. O processo teve início em 2001 por iniciativa do Rei Jigme Singye Wangchuck, que abdicou em dezembro de 2006 a favor do seu filho, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck, um antigo acadêmico de Oxford. Contudo, embora as eleições tenham sido realizadas de acordo com a Constituição de julho de 2008, o voto enraizou a marginalização política das minorias étnicas e religiosas do país.<sup>[2]</sup>

Transformar o Butão num “país de felicidade interna bruta” não é exatamente uma tarefa fácil, tendo em conta até que ponto a economia local é dominada pela Índia. As infraestruturas e praticamente toda a indústria têm sido abastecidas e criadas localmente pela Índia. Não existe setor privado no Butão e 70%

da sociedade é rural. As “alterações democráticas” estão de fato acontecendo essencialmente em Timbu, a capital, onde as expectativas são muito diferentes do resto do país.

Para Matthew Joseph C., que ensina na Academy of International Studies em Nova Deli, as eleições e a marcha em direção à democracia não deveriam esconder o fato de que o país é na realidade “completamente controlado pela monarquia e pela elite dominante Ngalong” (o nome de um dos principais grupos étnicos no Butão, a partir do qual surgiu a dinastia reinante).<sup>[3]</sup> De acordo com Matthew Joseph C., o processo eleitoral está longe de ser verdadeiramente democrático. Os candidatos são totalmente não representativos do país como um todo, pois devem ter diplomas universitários, enquanto a taxa de alfabetização no Butão é baixa quando comparada com outros países. Além disso, a grave discriminação contra as minorias, como por exemplo os Lhotshampas, um grupo étnico de origem nepalesa e religião hindu que vive no sul do país, impediu um número considerável de habitantes do Butão de irem votar.

O caso dos Lhotshampas é típico da “democracia condicional” que está sendo estabelecida no Butão. Os membros dos Ngalong estão fazendo todo o possível para manter estes grupos étnicos numa posição de sub-cidadania, com a administração tratando-os como se fossem imigrantes ilegais ou estrangeiros, privando-os assim da maior parte dos seus direitos, incluindo o direito a votar.

[1] BBC News: “Bhutan PDP opposition party wins election”, 13 de julho de 2013 (<http://www.bbc.com/news/world-asia-23302048>)

[2] The Guardian: “Gross national happiness in Bhutan: the big idea from a tiny state that could change the world”, 1 de Dezembro de 2012 (<http://www.theguardian.com/world/2012/dec/01/bhutan-wealth-happiness-counts>)

[3] Institute of Peace and Conflict Studies (IPCS): “Bhutan Elections 2013: A Difficult Road Ahead?”, 24 de Abril de 2013 (<http://www.ipcs.org/article/bhutan/bhutan-elections-2013-a-difficult-road-ahead-3894.html>)

# DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

Neste país onde o budismo vajrayana (uma variação do budismo tântrico tibetano) é a religião do Estado, uma das principais questões, além das questões do desenvolvimento econômico, é o lugar que deve ser reservado ao Budismo e ao seu clero (cerca de 3.500 monges num total de 742 mil habitantes). A Constituição de 2008 apresenta uma contradição entre o desejo de modernizar o país e de o preservar da influência do estrangeiro. Assim, indiscutivelmente, o mais extraordinário de muitos paradoxos da Constituição do Butão é que, embora se baseie na cultura e religião budista, e se declare “obrigada a defender este patrimônio”, estabelece as bases para a separação entre religião e Estado, quebrando assim séculos de governo civil e religioso. Durante as eleições, a comissão eleitoral afirmou que “as religiões devem estar acima do debate político”, daí os monges não terem direito a votar. No entanto, esta perspectiva está muito longe de ser partilhada pela grande maioria do próprio clero budista. O clero parece convencido de que as bases seculares da Constituição vão contra a influência dominante do Budismo, que, dizem, deve continuar exercendo autoridade sobre o país e o Estado.

Na prática, mesmo que a liberdade religiosa esteja garantida na Constituição, todo o proselitismo “vindo de uma religião estrangeira” é oficialmente proibido no país. É igualmente proibida a influência do clero e de outro pessoal religioso, exceto dos budistas. Todas as religiões para além do Budismo apenas podem ser praticadas na esfera privada. No caso do Cristianismo, que é visto como “a guarda avançada do Ocidente”, há muita desconfiança. Os cristãos são vistos como uma ameaça à “identidade nacional butanesa”, que é considerada como inseparável do Budismo. Embora o número de cristãos não ultrapasse uns poucos milhares (e os católicos contem apenas com umas poucas centenas), o proselitismo, a divulgação de bíblias, a construção de igrejas, escolas ou outras instituições cristãs são todas estritamente proibidas.

Todas estas proibições que confrontam os não budistas estão diretamente ligadas a este desejo de preservar “o património nacional”. Para dar apenas um exemplo, os budistas locais consideram as montanhas como territórios sagrados, daí que o Governo proíba os cristãos de enterrarem aí seus mortos. Os que desrespeitam esta proibição verão provavelmente os seus túmulos serem profanados, uma situação que desencadeou inúmeros problemas.

## INCIDENTES

Em março de 2014, dois pastores protestantes foram detidos quando viajavam para a aldeia de Khapdani, no distrito de Samtse, no sudoeste do país. Os seus objetivos era organizarem um seminário nesse local, a pedido de um grupo de

aproximadamente trinta cristãos da região. Foram acusados e presos por terem tentado “organizar um encontro religioso sem autorização prévia”, por terem pretendido “exibir um filme sem o certificado oficial de aprovação do respectivo ministério” e por terem “angariado fundos ilegalmente para uma atividade, em contração das leis do país”<sup>[4]</sup>

Após várias audiências, em 10 de setembro de 2014, o tribunal de Dorokha (distrito de Samtse) condenou o Pastor Tandin Wangyal a uma pena efetiva de prisão de quatro anos por violação do artigo 71º do código penal. O artigo 71º proíbe a angariação de fundos sem autorização prévia das autoridades. O colega do Pastor Wangyal, o Pastor Mon B. Thapa, foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão por ter sido seu cúmplice na organização de “um encontro não autorizado”.

Só depois do seu mais recente recurso, em novembro de 2014, é que o Pastor Wangyal conseguiu ver a sua pena reduzida para dois anos e quatro meses. A concessão ocorreu depois das autoridades terem desistido das acusações contra ele por ter “praticado conversões forçadas”, um crime punível com um mínimo de três anos de prisão. Isto seguiu-se à aprovação em 2010 de uma lei anticonversão que proíbe qualquer “tentativa de conversão pela força ou por qualquer tipo de meios fraudulentos”<sup>[5]</sup>

Desde então, o Pastor Mon Thapa foi libertado mediante o pagamento de uma multa de 98.800 ngultrums (pouco mais de 1.000 €). Em janeiro de 2015, o Pastor Wangyal foi igualmente libertado em troca do pagamento de uma multa de 100 mil ngultrums, tendo os juizes anunciado que “todas as acusações contra ele” tinham sido retiradas.<sup>[6]</sup> Parece que o assunto foi discutido ao mais alto nível do Governo. Damcho Dorji, ministro do Interior e dos Assuntos Culturais, procurou justificar a detenção dos dois cristãos durante uma conferência de imprensa na qual alegou que eles tinham tentado “realizar atividades de proselitismo” sem autorização por parte das autoridades e “em total violação da lei do Butão”. Contudo, a condenação dos dois pastores foi relatada por diversos meios de comunicação estrangeiros<sup>[7]</sup> e pensa-se que o Governo os libertou para evitar publicidade negativa indevida.

[4] Églises d'Asie: “Deux pasteurs condamnés à la prison pour tentatives d'«évangélisation»”, 18 de Setembro de 2014 (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud/bhoutan/2014-09-18-condamnation-de-deux-pasteurs-a-des-peines-de-prison-pour-tentatives-ab-d2019evangelisation-bb>)

[5] WorldWatch Monitor: “Buddhist Bhutan Proposes ‘Anti-Conversion’ Law”, 21 de Julho de 2010 (<https://www.worldwatchmonitor.org/2010/07-July/23018>)

[6] Églises d'Asie: “Le pasteur protestant accusé de «prosélytisme chrétien» a été libéré de prison”, 6 de Fevereiro de 2015 (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-sud/bhoutan/2015-02-06-le-pasteur-protestant-accuse-de-ab-proselytisme-chretien-bb-a-ete-libere-de-prison>)

[7] Portes Ouvertes: “Bhutan: Rebuttal to Tandin's appeal”, 27 de Outubro de 2014 ([http://www.opendoorsuk.org/news/stories/bhutan\\_140911.php](http://www.opendoorsuk.org/news/stories/bhutan_140911.php))

# PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

---

Embora os não budistas tenham acesso limitado à liberdade religiosa, há esperanças de mudança para melhor num futuro não muito distante. De acordo com a lei de 2007 sobre as organizações religiosas, foi criada uma administração específica, a Chhoedey Lhentshog, para supervisionar as organizações religiosas. Até à data, apenas as organizações budistas foram reconhecidas. A única exceção é a Bhutan Hindu Dharma Samudaya (a comunidade religiosa hindu no Butão). Os hindus representam cerca de 22% da população.

No Verão de 2013, o Student Christian Movement of India (SCMI) [Movimento Estudantil Cristão da Índia], uma organização cristã indiana, foi lançado na capital, Timbu, assumindo o nome de Bhutan Student Movement (Movimento Estudantil do Butão). A palavra “cristão” foi deliberadamente omitida para se manter no âmbito da lei, que proíbe todo o proselitismo.<sup>[8]</sup> No momento da elaboração do presente relatório, este movimento é o único órgão “cristão” que se crê estar em pleno funcionamento na capital do Butão. O fato de até agora não ter sido dissolvido ou proibido pode ser indicativo do desejo de maior abertura por parte do Governo.

---

[8] Églises d'Asie: “Création d'un mouvement de jeunes étudiants chrétiens à Timphu”, 15 de Outubro de 2013 (<http://eglasiemepasie.org/asiе-du-sud/bhoutan/2013-10-15-creation-d2019un-mouvement-de-jeunes-etudiants-chretiens-a-timphu>)